



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



Processo nº	020/2025		
Modalidade Leilão Eletrônico	001/2025		
Tipo	MAIOR LANCE POR LOTE		
Da sessão pública	<p>Fim do recebimento das propostas: 24/03/2025 às 08h59min</p> <p>SESSÃO PÚBLICA: 24 de MARÇO de 2025</p> <p>HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09h00min (horário de Brasília/DF)</p>		
Site para realização do leilão	Portal: www.licitanet.com.br		
Modo de disputa	Aberto		
Objeto do certame	Constitui objeto da presente licitação o ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG, RESULTANTES DOS PROCESSOS DE SEPARAÇÃO DO LIXO DOMÉSTICO, REALIZADOS NA USINA DE RECICLAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO , nas quantidades, qualidades e condições descritas no Termo de Referência.		
Edital	O edital com os anexos está publicado nos sites https://presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes/ e www.licitanet.com.br para acesso e download por qualquer interessado, sem ônus. Não serão fornecidos editais por fac-simile e pelos correios.		
Contatos e informações:	<p>Camila Fonseca da Silva – Leiloeiro(a)</p> <p>Telefone (34) 3811-0070</p> <p>E-mail: licitacao@po.mg.gov.br</p>		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



1. PREÂMBULO

O Município de Presidente Olegário, com endereço à Praça Doutor Castilho, nº 10, Bairro: Centro, Presidente Olegário/MG, CEP nº .38.750-000, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo nº 020/2025**, na modalidade **Leilão Eletrônico nº 01/2025**, do tipo **MAIOR LANCE LOTE**, regido pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 1885/2024, que regulamenta o pregão eletrônico no município de Presidente Olegário/MG e demais condições fixadas neste edital.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1.** O leilão, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
- 2.2.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) público(a) do Município de Presidente Olegário, nomeado para cargo de Leiloeiro(a), através da Portaria nº 030/2025 e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica www.licitanet.com.br.
- 2.3.** As comunicações referentes ao certame serão publicadas no site www.licitanet.com.br e www.po.mg.gov.br, na aba de licitações. As demais condições constam do presente edital, seus anexos.
- 2.4.** Os materiais recicláveis a serem leiloados estão dispostos na Usina de Reciclagem para caso o arrematante queira visitar.
- 2.5.** As visitas deverão ser agendadas na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos pelo telefone 34 3811-1237 ou obras@po.mg.gov.br.
- 2.6.** O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do arrematante que pagará a provedora do sistema de leilão eletrônico Licitanet, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação.
- 2.6.1.** O custo referido no item anterior não se confunde com taxa ou comissão de leiloeiro, pois, é vedado o pagamento de taxa ou comissão ao Leiloeiro, por se tratar de funcionário público designado pelo Município para o cumprimento de tal tarefa.

3. OBJETO

- 3.1.** Constitui objeto da presente licitação o **ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG, RESULTANTES DOS PROCESSOS DE SEPARAÇÃO DO LIXO DOMÉSTICO, REALIZADOS NA USINA DE**



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



RECICLAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO, nas quantidades, qualidades e condições descritas no termo de referência.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação no leilão das pessoas físicas ou jurídicas, ou seus procuradores, desde que munidos de instrumento público ou particular de mandato com poderes específicos à participação nesse certame, implica, por parte dos licitantes, a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração, que possui o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital e é responsável pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras.

4.2 Não será permitida a participação de um mesmo representante legal e/ou procuradores para mais de um licitante na disputa do bem. O representante legal não poderá estar impedido de licitar e contratar com a administração nos termos do que dispõe o art. 14, incisos III, IV, V e VI, da Lei nº 14.133, de 2021 e/ou sancionadas com as penas previstas nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Os Servidores Municipais de Presidente Olegário/MG, bem como os parentes próximos ou afins dos membros da comissão de licitação, estão **impossibilitados** de participarem do Leilão, consoante o estabelecido no §1º do art. 9º da Lei nº. 14.1333/21 e art. 91 da Lei Orgânica Do Município De Presidente Olegário - MG.

4.3.1. Do mesmo modo, não poderão participar pessoas físicas e jurídicas impedidas de licitar e contratar com a administração nos termos do que dispõe o art. 14, incisos III, IV, V e VI, da Lei nº 14.133, de 2021 e/ou sancionadas com as penas previstas nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021

4.3.2. Não poderão participar do leilão pessoas jurídicas que empreguem menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

5. DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO

5.1. Para participar do Leilão, o interessado deverá se credenciar no sistema “LEILÃO ELETRÔNICO” através do [link https://licitanet.com.br](https://licitanet.com.br).

5.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. As instruções para cadastro estão contidas no site.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



5.1.2. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral na plataforma Licitanet que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA LEILÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

5.2. O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao leilão eletrônico.

5.3. O credenciado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do município por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma Licitanet e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao portal Licitanet para de imediato bloqueio ao acesso.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. Após a divulgação do edital, o licitante interessado em participar do leilão encaminhará, exclusivamente, via sistema, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.1.1. O licitante declarará em campo próprio do sistema :

- a) - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;
- b) - o pleno conhecimento e a aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital;
- c) - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por intermédio de seu representante, assumidas como firmes e verdadeiras.

6.1.2. As informações declaradas no sistema permitem a participação dos interessados no leilão e não constituem registro cadastral prévio.

6.1.3. Ao registrar a proposta, o licitante poderá definir o seu valor final máximo e obedecerá às



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



seguintes regras:

- a) aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, se houver, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto a lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) envio automático de lances pelo sistema, respeitado o valor final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o item 6.1.3.
- c) O valor final máximo poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor inferior a lance já registrado por ele no sistema.
- d) O valor máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou para a entidade contratante e poderá ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- e) No caso do leilão eletrônico, cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema, sendo de sua responsabilidade o ônus decorrente da perda do negócio pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou por sua desconexão.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

7.1. Em se tratando de leilão eletrônico, na data e horário estabelecidos no edital, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para envio de lances públicos e sucessivos por período não inferior a 4 (quatro) horas e de, no máximo, 5 (cinco) horas.

7.1.1. Os lances ocorrerão exclusivamente por meio do sistema.

7.2. O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de **0,01 (um centavo)** entre os lances, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.3. Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance vedada a identificação dos participantes.

7.4. O licitante será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

7.5. Na hipótese de o sistema se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.5.1. Caso a desconexão do sistema para o órgão ou a entidade promotora da licitação persista por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.6. Imediatamente após o encerramento do prazo da etapa de envio de lances estabelecido nos termos do item 7.2., o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

8. DO JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances, o leiloeiro oficial ou o servidor designado verificará a conformidade da proposta e considerará vencedor aquele licitante que ofertou o maior lance, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem.

8.2. Definido o resultado do julgamento, o leiloeiro oficial ou o servidor designado poderá negociar condições mais vantajosas para a Administração com o primeiro colocado, quando a proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação, o que deverá ocorrer através do sistema no caso de leilão eletrônico.

8.2.1. Os demais licitantes poderão acompanhar a negociação.

8.2.2. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento de licitação, a ser anexada aos autos do processo de contratação.

8.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, e no caso do leilão eletrônico deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

8.4. Na hipótese de o procedimento restar fracassado, o órgão ou a entidade poderá:

8.4.1 - republicar o procedimento; ou

8.4.2 - fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.

8.5. A republicação também poderá ocorrer na hipótese de o procedimento restar deserto.

9. DOCUMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO

9.1. Pessoa Física:

9.1.1. Cédula de Identidade contendo o Registro Geral – RG

9.1.2. Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF/MF.

9.1.3. Certidão Negativa de Débitos Municipais com o Município de Presidente Olegário-MG.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



9.2. Pessoa Jurídica:

9.2.1. Estatuto, Contrato Social, Declaração de Firma Individual.

9.2.2. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda –CNPJ/MF.

9.2.3. Os representantes das Pessoas Jurídicas participantes, caso não sejam sócios, deverão apresentar instrumento de procuração pública ou particular outorgada pelo(s) sócio(s) ou diretor(es) com poderes específicos para representá-las no Leilão.

9.2.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais com o Município de Presidente Olegário-MG.

9.3. O arrematante vencedor deverá apresentar essa documentação em campo próprio no sistema, em até **2 (duas) horas** que poderá ser prorrogada, caso haja o leiloeiro veja necessidade.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Conforme disposto no Decreto nº 1885/2024, quando o leilão tratar-se de alienação de bens móveis classificados como recicláveis pela Usina de Reciclagem, o pagamento ocorrerá posteriormente a homologação do procedimento.

10.2. As informações sobre os itens e quantidade a serem adquiridos pelo arrematante serão feitas pelo Coordenador da Usina de Reciclagem, e posteriormente será emitido um boleto pelo Setor de Obras e Serviços Públicos para que o arrematante realize a quitação de cada carga comprada.

10.3. A carga somente será liberada após a quitação dos itens a serem adquiridos pelo arrematante, que deverá ser verificada pelo Setor de Obras e Serviços Públicos.

11. DOS RECURSOS

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 15 (quinze) minutos, de forma imediata e após o término do julgamento das propostas, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, o que, em se tratando de leilão eletrônico, deverá ocorrer em campo próprio do sistema.

11.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento, que, no caso de leilão eletrônico, deverá ser apresentado em campo próprio do sistema.

11.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

11.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

11.6. Na hipótese de ocorrência da preclusão prevista, o processo será encaminhado à autoridade superior, que fica autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



11.7. Observadas as peculiaridades do leilão e o disposto no Art. 164 da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame para apresentação das razões do recurso. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12. DO CONTRATO

12.1. Nos contratos decorrentes do disposto no Decreto Municipal nº 1885/2024, deverão constar as cláusulas elencadas no art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas, ainda, as regras previstas em lei ou em regulamentação específica.

12.2. O arrematante pessoa jurídica, previamente à celebração do contrato, deverá comprovar no sistema as regularidades perante a seguridade social, nos termos do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal e com o Município contratante, através da certidão negativa de débitos municipais, conforme art. 191, caput, do Código Tributário Municipal.

12.3. A Administração convocará, após a homologação, o licitante vencedor para assinar o termo de contrato para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, em até **05 (cinco)** dias da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

12.4. O contrato decorrente desse procedimento terá vigência de 5 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura.

13. DAS SANÇÕES

13.1. O arrematante, em caso de infração aos dispositivos contidos no Decreto 1885/2024, estará sujeito às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e às demais cominações legais, além da perda de caução, se houver, em favor da Administração, com a reversão do bem a novo leilão, no qual não será admitida a participação do arrematante, conforme disposto no art. 897 da Lei Federal nº 13.105/2015.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento observarão o horário de Brasília, inclusive para o envio de lances e da documentação relativa ao procedimento e para a contagem de tempo e de registro no sistema.

14.2. Os órgãos e as entidades, seus dirigentes e servidores, que utilizem o Sistema de Leilão



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



Eletrônico responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou por fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

14.3. Os órgãos e as entidades deverão assegurar o sigilo e a integridade dos dados e das informações da ferramenta informatizada, além da proteção contra danos e contra utilizações indevidas ou desautorizadas no âmbito de sua atuação.

14.4. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Presidente Olegário-MG.

14.5. Elaboração do Edital: Vanessa Braga Alves

14.6. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Laudo de avaliação dos materiais.

ANEXO II – Termo de Referência.

ANEXO III – Minuta de Contrato

Presidente Olegário/MG, 26 de fevereiro de 2025

Rhenys da Silva Cambraia

Prefeito Municipal

Gilmar Caetano da Silva

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Camila Fonseca da Silva

Leiloeiro (a)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO


Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO I

LAUDO DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS.


Município de Presidente Olegário – MG
Pça. Dr. Castilho, nº 10, Centro
Presidente Olegário – MG, CEP: 38750-000
(34) 3811-1237

**AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS CLASSIFICADOS COMO RECICLÁVEIS PELA USINA
DE RECICLAGEM DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Portaria nº 26/2025
Gilmar Caetano da Silva
Eugênio Pinheiro de Araújo
Jones dos Santos

Por este instrumento de Termo de Avaliação, a Comissão no uso de suas atribuições que lhe confere o disposto pela Portaria nº 26/2025, atendendo ao pedido do Sr. Prefeito Municipal, Sr. Rhenys da Silva Cambraia, dirigimo-nos até Usina de Reciclagem do Município de Presidente Olegário, com a finalidade de avaliar os bens móveis classificados como recicláveis lá armazenados, objeto do **Lêilão Eletrônico 01/2025**.

Assim sendo, com base em pesquisas de preço de mercado realizada com empresas do ramo, conclui-se que o valor dos itens são conforme tabela abaixo:

Material	Valor
ALUMÍNIO – LATINHA EM GERAL	3,50
COPINHO	0,2166
LATA DE FERRO	0,20
PAPEL – BRANCO MISTO E JORNAL	0,07
PAPELÃO MARRON / MISTO	0,2166
PET BRANCO / PET VERDE	1,1666
PET COMUM / ÓLEO	0,2833
PLÁSTICO DURO / GROSSO EM GERAL/TAMPINHAS	0,1833
RAFIA	0,1166
REVISTA	0,05
SACOLINHAS PLÁSTICO COLORIDO	0,20
SACOLINHAS PLÁSTICO BRANCO E FILME	0,2833
TETRA PAK	0,0366
PLÁSTICO SECO (CARÇA DE TV, COMPUTADOR, TELEFONE, CANO PVC, MANGUEIRA, PARA-CHOQUES)	0,0333
PILHAS, BATERIAS EM GERAL	0,3666
COBRE SUJO	2,00
FIO ENCAPADO	2,50



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

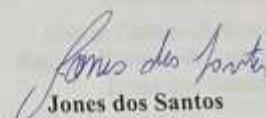


Município de Presidente Olegário - MG
Pça. Dr. Castilho, nº 10, Centro
Presidente Olegário - MG, CEP: 38750-000
(34) 3811-1233

ALUMÍNIO SUJO (PANELA, TAMPA)	1,8333
VIDRO BR/COLORIDO//LÂMPADAS	0,07


Gilmar Caetano da Silva


Eugênio Pinheiro de Araújo


Jones dos Santos



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG, RESULTANTES DOS PROCESSOS DE SEPARAÇÃO DO LIXO DOMÉSTICO, REALIZADOS NA USINA DE RECICLAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO.

1.1. Os quantitativos e descrições, serão conforme abaixo:

LOTE ÚNICO				
Material	Quant. da carga estimada (kg)	Quantidade total (60 meses) (kg)	Lance mínimo unitário	Lance mínimo total
Alumínio – latinha em geral	150	7200	3,5	25.200,00
Copinho	50	2400	0,2166	519,84
Lata De Ferro	560	26880	0,20	5.376,00
Papel – Branco Misto E Jornal	340	16320	0,07	1.142,40
Papelão Marron / Misto	2.808	134.784	0,2166	29.194,21
Pet Branco / Pet Verde	520	24960	1,1666	29.118,34
Pet Comum / Óleo	180	8640	0,2833	2.447,71
Plástico Duro / Grosso Em Geral/Tampinhas	780	37440	0,1833	6.862,75
Ráfia	180	8640	0,1166	1.007,42
Revista	300	14400	0,05	720,00
Sacolinhas Plástico Colorido	1.560	74880	0,20	14.976,00
Sacolinhas Plástico Branco E Filme	100	4800	0,2833	1.359,84
Tetra Pak	188	9024	0,0366	330,28
Plástico Seco (Carcça De Tv, Computador, Telefone, Cano Pvc, Mangueira, Para-Choques)	750	36000	0,0333	1.198,80
Pilhas, Baterias Em Geral.	05	240	0,3666	87,98
Cobre Sujo	40	1920	2,00	3.840,00
Fio Encapado	20	960	2,50	2.400,00
Alumínio Sujo (Panela, Tampa)	10	480	1,8333	879,98
Vidro Br/Colorido//Lâmpadas	300	14400	0,07	1.008,00
VALOR TOTAL				R\$ 127.669,56



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



- 1.2. A presente venda adotará o critério de julgamento **MAIOR LANCE – LOTE**.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses contados a partir da data de publicação no PNCP.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. São considerados bens inservíveis ao Município de Presidente Olegário/MG os materiais resultantes da separação do lixo doméstico na Central de Reciclagem e Compostagem. Esses materiais necessitam de destinação adequada, pois não há espaço para armazenamento no local. Além disso, sua venda gerará receita para investimentos.
- 2.2. O município acumula grandes volumes de materiais recicláveis. Para evitar o acúmulo excessivo e garantir o descarte adequado, será realizado um leilão, permitindo que esses materiais sejam adquiridos por empresas especializadas em reciclagem e reaproveitados de forma sustentável.
- 2.3. O leilão contribui para a economia circular, possibilitando o retorno dos materiais recicláveis à cadeia produtiva, em vez de serem descartados em aterros sanitários. Essa prática reduz os impactos ambientais, preserva recursos naturais e diminui a poluição.
- 2.4. A licitação será julgada com base em um único lote, visando uma melhor gestão contratual. Essa decisão se justifica pela necessidade de execução dos serviços por um único arrematante, dada a complexidade de dividir o objeto da licitação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Poderão participar do processo licitatório modalidade leilão, qualquer pessoa física ou jurídica que se enquadre nos parâmetros da lei 14.133/2021.
- 4.2. Critérios de Sustentabilidade:
 - 4.2.1. O arrematante deverá processar e destinar os materiais recicláveis de forma ambientalmente correta, seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
 - 4.2.2. O arrematante também deverá observar a legislação ambiental e de resíduos sólidos vigente, evitando impactos negativos ao meio ambiente.
- 4.3. Requisitos de Habilitação:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



4.3.1. Tendo em vista que a natureza do objeto, o parágrafo 4^a, do artigo 31m da Lei Federal 14.133/21 diz:

§ 4º O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances (...)

4.4. Subcontratação

4.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Garantia da contratação

4.5.1. Nos termos do **artigo 96 da Lei nº 14.133/2021**, a Administração Pública pode exigir garantia contratual para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado. No entanto, tal exigência não é obrigatória e deve ser fundamentada na necessidade e na conveniência para o interesse público. No presente caso, a exigência de garantia não se mostra necessária pelos seguintes motivos:

- 1. Natureza do Objeto:** A licitação trata da alienação de bens inservíveis por meio de leilão, ou seja, a Administração não está contratando um serviço ou fornecimento de bens, mas sim promovendo a venda de materiais recicláveis. Assim, não há risco de inadimplemento contratual que justifique a necessidade de garantia.
- 2. Ausência de Riscos Relevantes:** A garantia é usualmente exigida quando há riscos de descumprimento contratual que possam gerar prejuízos à Administração. No caso específico, o pagamento é realizado pelo arrematante antes da retirada dos materiais, eliminando a possibilidade de inadimplência ou prejuízo ao Município.
- 3. Desoneração dos Participantes:** A exigência de garantia pode representar um ônus excessivo aos licitantes, reduzindo a competitividade do certame. Como a venda dos bens será feita a empresas do setor de reciclagem, muitas delas de pequeno porte, a dispensa dessa obrigação facilita a ampla participação e aumenta a chance de obter uma melhor arrecadação para o Município.
- 4. Segurança do Processo:** O próprio procedimento do leilão garante que a Administração não terá prejuízo, pois os bens somente serão liberados após o pagamento pelo arrematante. Dessa forma, a necessidade de uma garantia adicional torna-se desproporcional e desnecessária.

Diante dos pontos expostos, verifica-se que a exigência de garantia contratual não se justifica neste caso, sendo mais vantajoso e adequado ao interesse público seguir com a dispensa desse requisito, conforme permitido pelo **artigo 96 da Lei nº 14.133/2021**.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O arrematante será responsável pelo carregamento e retirada dos materiais arrematados, ficando a Prefeitura Municipal isenta de qualquer ônus.

5.2. A COMPRADORA se responsabilizará por fazer carga do material enfardado, não sendo responsabilidade do Município fornecer máquinas, equipamentos ou mão de obra para carregar o caminhão da COMPRADORA.

5.3. O arrematante se responsabilizará pela retirada do lote arrematado, que deverá ser feita sempre que solicitada pelo Responsável da Usina de Reciclagem e deverá ser agendada diretamente com o mesmo.

5.4. A retirada dos materiais está prevista para ocorrer mensalmente, devendo a carga ser buscada em até 10 (dez) dias consecutivos a partir da convocação do coordenador da usina. Entretanto, ressalta-se que pode ocorrer de ter que buscar os materiais semanalmente ou quinzenalmente.

5.5. O responsável pela Usina de Triagem de Lixo deverá informar ao Setor de Obras e Serviços Públicos a quantidade correspondente da carga, para que seja emitido o boleto de pagamento ao arrematante.

5.6. A carga somente será liberada após a quitação dos itens a serem adquiridos pelo arrematante, que deverá ser verificada pelo Setor de Obras e Serviços Públicos.

5.7. O arrematante se responsabilizará por não ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar o lote arrematado antes do pagamento e retirada dos bens da Usina de Triagem de Lixo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar o arrematante para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I- Der causa à inexecução parcial do contrato;

II- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- Der causa à inexecução total do contrato;

IV- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI- Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto.

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

7.4.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

7.4.1.1 O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.4.2. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



7.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

7.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

7.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Conforme disposto no Decreto nº 1885/2024, quando o leilão tratar-se de alienação de bens móveis classificados como recicláveis pela Usina de Reciclagem, o pagamento ocorrerá posteriormente a homologação do procedimento.

8.2. As informações sobre os itens e quantidade a serem adquiridos pelo arrematante serão feitas pelo Coordenador da Usina de Reciclagem, e posteriormente será emitido um boleto pelo Setor de Obras e Serviços Públicos para que o arrematante realize a quitação de cada carga comprada.

8.3. A carga somente será liberada após a quitação dos itens a serem adquiridos pelo arrematante, que deverá ser verificada pelo Setor de Obras e Serviços Públicos.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO ARREMATANTE

9.1. O arrematante será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade LEILÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR LANCE - LOTE.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A receita decorrente desta licitação está estimada em **R\$ 127.669,56 (cento e vinte e sete mil e seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos)** conforme tabela disposta no item 1.1.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG, RESULTANTES DOS PROCESSOS DE SEPARAÇÃO DO LIXO DOMÉSTICO, REALIZADOS NA USINA DE RECICLAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto que pretendemos contratar, **APROVO** o referido documento para que obrigatoriamente seja parte integrante do processo.

Presidente Olegário, 26 de fevereiro de 2025.

Gilmar Caetano da Silva

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos